BOLETIM GATE

Tendências para o novo Mundo do Trabalho

Fila de desempregados. Foto: Caroline Ferraz/Sul21

Há pelo menos quatro décadas – desde os anos 1980 – um conjunto de dificuldades e problemas da fragilizada economia brasileira restringiu – ou mesmo impediu - a continuidade do processo de expansão do assalariamento e da formalização das relações de trabalho iniciado na década de 1930, quando a industrialização em larga escala se iniciou.

Entre 2004 e 2014, a retomada do crescimento econômico, com políticas públicas de geração de emprego e renda, qualificação da mão de obra e fiscalização das relações laborais permitiram uma redução drástica do desemprego, aumento da formalização e melhoria das condições gerais de vida da classe trabalhadora. Mesmo assim, a tendência de desindustrialização prosseguiu. O aumento no emprego ocorreu, em boa

Leia a íntegra deste boletim em institutolula.org.br

medida, nos setores de construção civil e serviços – que empregam mão de obra menos qualificada.

A crise mundial de 2008 fez o governo repensar estratégias de crescimento para médio e longo prazos. O foco foi recompor cadeias produtivas e promover a reindustrialização – com investimentos públicos e privados – nos segmentos de energia e de construção pesada, buscando assim segmentos mais intensivos em tecnologia e em mão de obra qualificada.

Golpe de 2016 reverte década de conquistas

A crise política desencadeada logo após as eleições de 2014 e as consequências devastadoras da Operação Lava Jato para a economia inviabilizaram essa estratégia. Em 2015, a política econômica muda para um ajuste fiscal draconiano, que seria agravado com o golpe.

A profunda recessão de 2015-2016 praticamente anulou os ganhos alcançados no mercado de trabalho em uma década (2004-2014), em termos do nível de emprego e da formalização.

O Navio João Cândido (acima), construído no Brasil em 2012, tinha capacidade para transportar metade de todo petróleo que era produzido diariamente no país. Hoje a indústria naval no Brasil é praticamente inexistente. (Foto: Divuglação)

A partir de 2017, coma aprovação da reforma trabalhista avançaram as contratações celetistas mais instáveis e precárias. Sem qualquer estímulo consistente à recuperação econômica, a frágil retomada da ocupação entre 2017 e 2019 ocorreu mediante expansão da informalidade e da sub-ocupação. Como resultado, cai o rendimento real médio dos ocupados com e sem carteira.

A crise política pós-2014 e osefeitos da Lava Jato na indústria inviabilizaram estratégia de dinamização da economia

No fim de 2019, a reforma da previdência consolidou um cenário desolador. Ao dificultar o acesso à aposentadoria e rebaixar os benefícios, a reforma desestimula a contratação celetista padrão, especialmente entre jovens trabalhadores.

A mudança na agenda política mudou o mundo do trabalho. O emprego formal e a aposentadoria deixaram de ser aspirações do trabalhador e deram lugar a formas mais precárias de pejotização e do falso empreendedorismo.

Diante da incerteza da aposentadoria, os trabalhadores tendem a “optar”

pela pejotização e a aderir ao sistema de capitalização - que de acordo com estudos da OIT foi revertido em 60% dos países que o adotaram total ou parcialmente. Para os empregadores, o custo diminui. O impacto negativo sobre o orçamento da Seguridade Social é inevitável e agravado pelo estímulo dado pela reforma trabalhista às formas de contratação mais precárias e instáveis como o contrato intermitente, temporário e a tempo parcial. Num cenário de recuperação pós-pandemia é possível que aumentem ainda mais essas formas de contratação, levando a uma maior deterioração da Seguridade Social.

Segundo estudos de Denise Gentil, 74,8% das mulheres que se aposentaram em 2016 não se aposentariam sob as novas regras da Reforma da Previdência. É muito provável que os trabalhadores mais velhos tenham imensas dificuldades para se aposentar.

A Reforma da Previdência tende a acentuar desigualdades sociais

Finalmente, a essas transformações somam-se outras, que estão em curso no capitalismo desde o fim do século XX, como a financeirização e, mais recentemente, a chamada Quarta Revolução Industrial.

Com base nesse diagnóstico abre-se uma importante agenda de pesquisa e reflexões sobre o futuro do mundo do trabalho no Brasil. Entre os temas dessa agenda destacam-se:

1. **O aprofundamento da polarização do mercado de trabalho entre a) uma maioria de ocupações mal remuneradas e de baixa qualificação e b) uma minoria mais qualificada e melhor remunerada**. Além do aumento das desigualdades e da pobreza, esse fenômeno tem como consequência a fragilização fiscal dos Estados. O aumento da polarização somado a mudanças nas legislações trabalhistas e previdenciárias estão desestruturando mercados de trabalho até então bastante homogêneos, aproximando suas características àquelas observadas em países subdesenvolvidos

2. **A fragilização dos sindicatos** e, consequentemente, de sua capacidade de representação da classe trabalhadora e regulação das relações e condições de trabalho

3. A necessidade urgente de se pensar e propor uma **nova regulação institucional do mercado de trabalho em plataformas digitais** e outras formas de trabalho não protegidas pelas legislações trabalhistas e previdenciárias, como o informal e o falso empreendedorismo

Essa agenda, por sua vez, impõe imensos desafios políticos aos atores relevantes do mundo do trabalho no Brasil e no mundo.

Assinam esta edição: Bárbara Vásquez, Flávia Vinhaes e Regina Camargos